

“DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER”: O JORNAL *LIGA* E A CONSTRUÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA RADICAL NO BRASIL (1962-1964)

Ramsés Eduardo Pinheiro de Moraes Sousa

Instituto Dom Barreto

E-mail: ramsespinheiro@hotmail.com

Farejando carne humana...

O presente artigo situa-se na confluência entre os campos de estudo sobre os conflitos rurais e as formas de organização, resistência e ação política camponesa no início dos anos 1960. De modo mais específico, buscamos abordar estas temáticas a partir de uma análise sobre os investimentos do jornal *Liga* na questão agrária brasileira, explorando a relação que se constituiu entre a pedagogia revolucionária tecida por este periódico e a experiência dos lavradores que fizeram parte das Ligas Camponesas.

Desde já pontuamos duas premissas que norteiam a abordagem desenvolvida neste artigo. Em primeiro lugar, é necessário afirmar a irredutibilidade da experiência camponesa à ação dos grupos revolucionários que atuaram no campo nos anos 1950/60. Tal advertência é importante na medida em que a historiografia constituída sobre a questão agrária nos anos 1970/80 cristalizou a ideia de “incompletude do camponês”, concebendo a mobilização camponesa do período que antecedeu o Golpe de 1964 como mero resultado da ação exterior promovida por sujeitos revolucionários a exemplo do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ou do deputado pernambucano Francisco Julião.

Os trabalhos de Fernando Azevedo (AZEVEDO, 1982), Elide Rugai Bastos (BASTOS, 1984) e Bernardete Aued (1986) constituem parte desta tradição na medida em que analisaram a história das Ligas Camponesas a partir do embate entre comunistas e julianistas pela hegemonia deste movimento social, ignorando ou simplificando a experiência camponesa. Nos últimos 30 anos, uma profícua produção sobre a História Social do Campesinato vem contestando a lógica da incompletude do campesinato e fortalecendo abordagens que concebem as formas de organização e resistência dos

camponeses nos termos de sua própria experiência. Nesta esteira, podemos destacar os trabalhos dos historiadores Clifford Welch, (WELCH, 2012) Ângelo Priori (PRIORI, 2011), Leonardo Soares dos Santos (SANTOS, 2005), Carlos Leandro da Silva Esteves (ESTEVES, 2007) e Maria do Socorro Rangel (RANGEL, 2000) como referências para pensar sobre a experiência dos camponeses no período anterior ao Golpe de 1964.

A segunda premissa que orientou a produção deste artigo foi compreender a emergência da reforma agrária a partir dos inúmeros conflitos cotidianos vivenciados pelos camponeses em sua luta pelo acesso à terra. Por outro lado, a urgência da questão agrária no cenário nacional informou e fortaleceu em vários momentos os anseios dos camponeses que se filiaram às Ligas no período que ora analisamos. Desta maneira, se não podemos ignorar os vários investimentos promovidos pelos comunistas e julianistas no campo no decorrer dos anos 1950/60, também não podemos desconsiderar que estes militantes se relacionaram com pessoas reais, gente de carne e osso, camponeses que vivenciaram a experiência da exploração, resistiram ao poder do latifúndio e construíram expectativas de transformação social informadas pelo direito de acessar livremente a terra.

Um padre revolucionário visita o Piauí: comunistas e julianistas no campo

Nos primeiros dias do mês de janeiro de 1963, o Piauí recebeu uma visita inusitada. Tratava-se do Padre Alípio de Freitas¹. A visita deste sacerdote conhecido em todo o Brasil como uma das principais lideranças das Ligas Camponesas, chamou a atenção do *Jornal do Comércio* que publicou uma matéria em 16 de janeiro de 1963 caracterizando o perfil do padre que visitava o Piauí:

Queria revolução pacífica, mas não acredita que ela aconteça... Fez severas críticas ao Presidente Goulart... Comentando sua promessa de reforma agrária feita na Paraíba... uma mistificação... Igualmente criticou o III Exército por oprimir os camponeses de Pernambuco, mas

¹ O sacerdote português que se radicou no Brasil, atuando inicialmente na Arquidiocese de São Luis onde desempenhou suas atividades clericais junto à população pobre da cidade, também atuando ativamente no movimento camponês do Maranhão. Posteriormente o padre integra-se ao movimento das Ligas Camponesas em Pernambuco.

também a todos os que oprimem esta classe, seja no Maranhão, Paraná, São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Acre... Elogiou a alguns componentes do clero e estranha que tenha sido suspenso pela Igreja... É contra americanos, a favor de Cuba... Elogiou o ex-deputado Clidenor Freitas, vítima do IBAD, autor de projetos favoráveis aos operários e camponeses (MEDEIROS, 1994, p. 272-273).

Após traçar esta apresentação, o jornalista manifestou sua opinião sobre Alípio:

Ele se excede na sua pregação revolucionária, o que não assenta bem para um sacerdote, que deve, antes de tudo, ser um mensageiro da paz e da compreensão entre os homens. No entanto, podemos notar, que é um homem sem medo. Não teme ameaças ou afrontas, é, enfim, um revolucionário no sentido próprio da palavra (MEDEIROS, 1994, p. 272-273).

A imagem de revolucionário não parece ter sido algo imposto ao Padre Alípio de Freitas, pois em suas entrevistas ele sempre reiterava esta ideia, ressaltando que não havia nenhum contraste entre a revolução e o evangelho. Sobre esta questão, é interessante observar o depoimento concedido pelo padre ao jornal carioca *Diário de Notícias* em junho de 1962:

Falando sobre sua fé, disse o padre Alípio: “o Evangelho é uma revolução. Seu significado hoje é Reforma Agrária. Reforma Urbana, Escolas e Saúde para todos, luta contra qualquer tipo de opressão, emancipação dos povos, enfim, toda uma série de postulados, que são outros tantos imperativos para o cristão, sacerdote ou não. (PADRE, 1962, p. 01).

A referida matéria, sintomaticamente intitulada como: “‘Padre socialista’ preconiza revolução no Nordeste”, reproduziu a visão do sacerdote sobre a “revolução em marcha”, acentuando sua relação sua caracterização como “revolucionário”:

Finalizando sua entrevista, o padre Alípio de Freitas revelou a sua crença numa revolução popular no Nordeste. “Se as autoridades federais continuarem, obstinadamente, negando, ao homem do Norte e do Nordeste seus direitos fundamentais apenas uma coisa pode acontecer: a deflagração do processo revolucionário”, frisou. “A comissão parlamentar de inquérito, que, percorrendo o norte e o nordeste, ouviu os depoimentos de centenas de camponeses e líderes do movimento, teve ideia da gravidade do problema. Que ninguém, se engane no Brasil, julgando que o camponês ainda está em estado de ser contido por qualquer coisa. Todos os antigos preceitos ruíram. Ele não acredita mais nos antigos tabus e está disposta a encontrar por suas próprias mãos a solução que o Poder Público lhe nega”. E concluiu: “nesse sentido, acredito na revolução no Nordeste” (PADRE, 1962, p. 01).

A imagem do Padre Alípio como revolucionário seria reforçada a partir do sequestro e prisão que sofreu quando participava de um comício da campanha eleitoral de Miguel Arraes ao governo de Pernambuco em setembro de 1962. Tal imagem foi sobremaneira exacerbada na medida em que o referido sacerdote tinha uma forte ligação com as Ligas Camponesas de Pernambuco e com o deputado pernambucano Francisco Julião

Mas o que trouxe o padre Alípio de Freitas ao Piauí em janeiro de 1963? As fontes nos autorizam apenas a afirmar que o sacerdote permaneceu pelo menos uma semana no Estado e esteve nas cidades de Teresina, Floriano, Parnaíba e Campo Maior. Todavia, uma análise mais cuidadosa me permite inferir que a visita do padre Alípio ao Piauí buscava ampliar a esfera de influência do grupo de Francisco Julião neste Estado onde já existiam Ligas Camponesas ligadas ao PCB desde novembro de 1961.

Como destaquei anteriormente, o PCB constituiu-se como uma das principais forças políticas no campo durante a década de 1950 e início dos anos 1960. Buscando consolidar a aliança operário-camponesa, indispensável ao êxito da revolução brasileira, os comunistas mobilizaram uma série de investimentos visando superar o caráter “isolado” e “atrasado” do camponês conferindo-lhe um caráter político. Nesta perspectiva, os comunistas criaram um jornal temático para o trabalho no campo, o *Terra Livre*, fundaram a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), realizaram diversas conferências e encontros camponeses e promoveram a difusão de associações de lavradores e trabalhadores agrícolas em todo o país.

A pretensão do PCB de se constituir como vanguarda dos camponeses na revolução brasileiro foi contrabalançada pelo grupo político ligado ao deputado pernambucano Francisco Julião que também vinha articulando uma série de investimentos com o objetivo de ser reconhecido como vanguarda do campesinato, sobretudo no Nordeste. O papel de Julião como advogado das Ligas Camponesas em Pernambuco, sua atuação parlamentar na Assembleia Legislativa de Pernambuco e depois no Câmara dos Deputados em defesa da reforma agrária, seus discursos inflamados durante as mobilizações camponesas, bem como sua profícua produção de textos e cartilhas dirigidos ao campesinato representaram um conjunto de investimentos que

pretendiam consolidar o parlamentar pernambucano como líder incontestado do campesinato brasileiro.

O jornal *Liga*: uma tentativa de traduzir a experiência camponesa

É bastante provável que em sua passagem pelo Piauí em janeiro de 1963, o Padre Alípio trouxesse consigo alguns exemplares do jornal *Liga* que havia sido fundado em outubro do ano anterior por Julião. Nas próximas páginas, argumento que a criação do jornal *Liga* representou um elemento fundamental no conjunto de investimentos de Francisco Julião em relação à questão agrária. Sobre este periódico, o historiador Cláudio Aguiar aduziu que:

O hebdomadário, com circulação nacional, vendido em bancas, tinha forma tradicional. Os textos, claros, diretos e dosados com apelos ideológicos, harmonizavam-se com a natureza do movimento. Diagramado em colunas impressas em preto e branco, trazia o título *Liga* em branco dentro de um retângulo vermelho, logo abaixo do lema: “Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil”, do Hino da Independência, de Dom Pedro I (AGUIAR, 2014, p. 227).

O periódico em questão foi o principal órgão de propaganda das Ligas Camponesas. Além do noticiário do movimento camponês nacional, o periódico também abordava notícias sobre o movimento operário, o movimento estudantil, e a política internacional com forte ênfase nos movimentos de libertação nacional no Terceiro Mundo. O jornal ainda contava com seções como o “Almanaque do Camponês” que buscava dialogar com os camponeses a partir de questões caras ao mundo rural: informações agrícolas, provérbios, dias santos, cordéis, etc.

Na esteira da “Declaração de Belo Horizonte”, aprovada no I Congresso dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil realizado na capital mineira em novembro de 1961, cuja hegemonia coube ao grupo de Julião, o jornal *Liga* aduziu que somente uma reforma agrária radical efetivaria a emancipação dos homens e mulheres do campo, tal processo era definido pelo periódico como uma:

Radical transformação da atual estrutura agrária do país, com a liquidação do monopólio da propriedade da terra exercido pelos

latifundiários, principalmente, com a desapropriação pelo governo federal dos latifúndios, substituindo-se a propriedade monopolista da terra pela propriedade camponesa, em forma individual ou associada, e a propriedade estatal. (UNIFICAR, 1963, p. 03)

Ao mesmo tempo em que subordinava qualquer mudança na estrutura agrária brasileira à intervenção direta na propriedade privada da terra através da desapropriação, o jornal *Liga* diferenciava-se da maior parte dos projetos de lei sobre reforma agrária que condicionavam a repartição das terras à educação e ao treinamento técnico do homem do campo adiando indefinidamente a redistribuição da propriedade fundiária. Para os redatores deste periódico, uma reforma agrária tão radical não poderia ser encaminhada somente pelas vias institucionais, exigindo a ação direta dos camponeses em torno dos seus objetivos.

Nesta perspectiva, a expressão “reforma agrária na lei ou na marra” passou a figurar como a principal palavra de ordem utilizada nas mobilizações promovidas pelas Ligas Camponesas. Em uma entrevista concedida a TV Tupi no final de 1962, o Padre Alípio de Freitas foi indagado sobre o que entendia por “na lei ou na marra”. A resposta do sacerdote traduz em grande medida a “pedagogia revolucionária” que provavelmente era empregada no seu trabalho cotidiano no campo: “o povo diz na lei quando o Congresso se reúne e faz a lei que o presidente sancionou. Na marra é quando o povo a faz por sua conta. No Brasil, com esse congresso de 70% de latifundiários, *a Reforma Agrária só vai sair na marra*” (PE. ALÍPIO, 1962, p. 03).

Ao defender uma reforma agrária radical “na lei ou na marra”, Francisco Julião depositou uma grande expectativa no principal sujeito que efetivaria este processo: o camponês. Para Julião, o camponês não teria um papel central apenas na luta pela reforma agrária, mas na própria revolução socialista que logo ocorreria no Brasil. Em palestra proferida durante o 46º aniversário do Centro Acadêmico da Faculdade Nacional de Direito, quatro meses antes da fundação do jornal *Liga*, o deputado pernambucano argumentou que:

O Brasil está integrado na conjuntura dos países subdesenvolvidos. Revoluções Democrático-burguesas ocorreram na França e na Itália, por exemplo, realizadas às custas das colônias da África. Nós não temos essas condições. Por isso,

é possível dar-se o salto, queimar etapas e sair para a revolução socialista, com o campesinato brasileiro a frente. Quando a luta se inicia no campo ela toma, imediatamente, caráter político o que não ocorre com a classe operária, cuja dinâmica é o aumento do salário. O camponês desatará o processo revolucionário brasileiro e conseguirá influir para que a classe operária se associe a luta. (JULIÃO, 1962, p. 11).

A manifestação de Julião na referida palestra traduz em grande medida a experiência das revoluções socialistas chinesa (1949) e cubana (1969), cujo êxito estava relacionado ao papel central do campesinato nestes países. Poucos dias depois, a direção do PCB refutou o deputado socialista através do artigo “Francisco Julião, os comunistas e a revolução brasileira”, publicado no jornal *Novos Rumos* e assinado pelo dirigente comunista Giocondo Dias, que reafirmou a tese da “revolução nacional e democrática” conduzida através de uma “frente única nacionalista e democrática”⁸ onde o papel central caberia a burguesia nacional. (FRANCISCO, 1962, p. 01).

A despeito de discordar do PCB quanto ao caráter da revolução brasileira, defendendo a viabilidade de uma revolução socialista desatada pelos camponeses, Julião não se distanciava consideravelmente dos comunistas ao afirmar que somente a classe operária, “vanguarda da revolução socialista”, poderia dar o golpe final na classe dominante e completar a revolução iniciada pelo campesinato. Desta maneira, apesar da ênfase que atribui ao camponês, Julião ainda o concebe como um sujeito incompleto que por sua natureza “individualista” e “pequeno-burguesa” seria incapaz que conduzir o processo revolucionário até suas últimas consequências.

Nesta perspectiva, Julião pontuou que reconhecer o caráter limitado do camponês seria o primeiro passo para desenvolver um modo próprio de se dirigir a estes sujeitos retirando-os do silêncio e promovendo sua união, organização e mobilização. Logo na primeira edição do jornal *Liga* encontramos um texto intitulado “Camponês é camponês” que discorre sobre o caráter específico do trabalho junto ao campesinato. O texto pressupõe o “individualismo” e o “personalismo pequeno burguês” como características naturais dos camponeses, verdadeiros obstáculos ao advento da economia socialista.

Desta maneira, a construção da aliança operário-camponesa deveria levar em consideração que “o camponês é um camponês. É místico, é individualista e paciente. Como místico exige tolerância. Como individualista exige respeito. Como paciente exige

paciência”. O texto prossegue, “força nenhuma os poderá conduzir a ‘entrar na história à pranchadas’. É mister tolerância, respeito e paciência. Eles são além de tudo, a maioria do nosso povo. Mais de cinquenta por cento. E o respeito a maioria é um princípio fundamental”. Mais adiante, o texto arremata “vê-se, portanto, que é mister compreender o camponês como classe e não como uma simples mecânica do maquinismo da frente única ou da aliança com setores da burguesia ou com a classe operária”. (CAMPONÊS, 1962, p. 05).

A despeito de não estar assinado é provável que o texto tenha sido elaborado por Francisco Julião na medida em que chama a atenção do leitor para refletir sobre a importância do campesinato no processo revolucionário brasileiro. A ideia da incompletude do camponês atravessa a construção do principal argumento do texto: a necessidade de construir uma aliança operário-camponesa para viabilizar a revolução brasileira (cujo possível caráter socialista não é evidenciado). Todavia, a constituição desta aliança só teria êxito na medida em que os camponeses fossem considerados em sua particularidade que no discurso em questão é traduzida por meio de estereótipos bastante arraigados como o individualismo, o personalismo e o misticismo dos camponeses.

A intenção de estabelecer um diálogo com os camponeses a partir da identificação de determinadas peculiaridades destes sujeitos, ainda que tais particularidades fossem definidas sob um prisma estereotipado, põem em relevo a elaboração de uma série de investimentos minuciosamente elaborados para conquista-los para um determinado projeto revolucionário. Ao discorrer sobre a produção do jornal *Terra Livre*, a historiadora Socorro Rangel constrói um argumento importante para refletirmos sobre o processo de fazimento de um periódico voltado para o público camponês, vejamos:

A produção do jornal como instrumento político exigia uma correspondência com a prática cotidiana dos camponeses que se traduziu em investimentos que não podem mais ser desconsiderados: o cuidado de se elaborar uma linguagem acessível (charges, cordéis, almanaques, quadrinhos); a pesquisa sobre as condições de vida das muitas categorias de trabalhadores rurais; o estudo da legislação e a divulgação das brechas que poderiam alargar os direitos dos trabalhadores rurais; o debate sobre a necessidade de garantir esses direitos. Ao se constituir como um canal de correspondência com os camponeses, o jornal propunha estratégias de mobilização que foram acionadas em momentos de perigo e ajudaram a fornecer naqueles que o liam a esperança do direito à terra e à regulamentação do trabalho

agrícola, expectativa e desejo de muitos ao mesmo tempo em que estas expectativas retornavam ao jornal e também orientavam sua elaboração. Essa relação de produção/apropriação/reapropriação inibe qualquer possibilidade de ver a relação partido/camponês como uma relação de mão única, simplesmente impositiva (RANGEL, 2000, p. 121).

Ao ler os textos das diferentes seções do jornal *Liga* é possível localizar a construção de uma série de investimentos que só dispõem de sentido na medida em que “correspondiam a prática cotidiana dos camponeses”. Nesta perspectiva, os textos que Julião vinha desenvolvendo desde a década de 1950 são bastante significativos para compreender como esta correspondência se materializava em uma determinada “pedagogia revolucionária”. Neste sentido, vejamos o texto “Guia do camponês”, assinado por Julião e publicado na segunda edição do jornal *Liga*:

I – Este é o teu guia. O teu caminho. Não te afaste dele. Segue para frente. A viagem é penosa. Encontrarás espinhos e traição. Não te deixes vencer pelo cansaço nem pelo medo. Nem voltes do meio do caminho. Porque no fim da tua viagem encontrarás a liberdade, o agasalho, o pão e a paz.

2 – Une a tua vontade a vontade do teu irmão sem terra. A União faz a força. Sozinho serás como um pingo d’água. Unidos a teus irmãos será uma cachoeira. E a cachoeira é bela como a mulher que vai a Igreja rezar, à fábrica para aprender, a festa para se divertir, ou a feira para oferecer o fruto do seu trabalho. Unido com teu irmão encontrarás a liberdade, o agasalho, o pão e a paz.

3 – Tu não tens liberdade. E na tua casa não há pão. Nem agasalho. Nem paz. Nela não vai o médico. Vai à polícia para te prender. E o capanga para te ferir. Enquanto isso acontece a terra se alarga para o rico e se estreita para o pobre e fica mais fraca. E o fôro mais caro. E ainda há o cambão. E a terça. E a meia. E a quadra. E o vale. E o barracão. E o engano do lápis. Para o rico ficar mais rico e o pobre ficar mais pobre. Isso é justo? Não é justo. Nem está na lei. Mas quem grita com tudo isso é caluniado, é perseguido, é preso, é espancado, é expulso da terra, tem a casa destelhada, a lavoura destruída, quando não é assassinado. Como aquele pobre camponês de Bom Jardim que se chamava José! E centenas de outros por esse mundo afora. (GUIA, 1962, p. 05).

O texto de Julião articula uma série de estratégias visando conquistar o camponês para a luta organizada nas Ligas e nos sindicatos. A escrita põe em relevo uma linguagem coloquial que se assemelhasse mais a uma conversa do que a um texto de proselitismo político. A utilização de palavras e expressões simples materializadas em períodos curtos

reforça a pretensão do autor de conversar com seus leitores. Outra característica presente neste e em outros textos do parlamentar pernambucano consistia em mobilizar elementos que faziam parte do cotidiano dos camponeses para reforçar determinadas ideias como a necessidade de união e organização política. Neste sentido, a utilização da imagem do pingo d'água e da cachoeira, da vara e do feixe de varas ou dos dedos e da mão fechada revelaria uma correspondência com a experiência cotidiana dos camponeses.

Por outro lado, também podemos localizar esta correlação entre o texto e as práticas cotidianas dos camponeses na medida em que Julião se debruça sobre formas particulares de exploração dos camponeses (meia, terça, quarta, fôro), bem como sobre as manifestações concretas de violência no campo (perseguição, prisão, espancamento, expulsão, destruição da lavoura e assassinato). Como em outros materiais do autor, a exemplo da “Carta de alforria do camponês”, “Cartilha do camponês” e “ABC do camponês”, o texto também conclamava os camponeses a unirem-se e organizarem-se nas Ligas (foreiros, meeiros, terceiros, quarteiros) e nos sindicatos (trabalhadores agrícolas assalariados). Julião ainda pontou aos camponeses a necessidade de aprender a ler para melhor ajudar seus irmãos, vejamos:

Aprende a ler para te guiares melhor na vida. Diante de uma roleta ou na porta da venda as horas estão perdidas. A tua vida corre risco. E a vida dos teus filhos. E a vida dos teus irmãos. Troca o bozó pela carta de ABC. Aprendendo a ler tu servirás melhor aos teus irmãos sem terra. Eles são muitos milhões espalhados pelo Brasil. E vivem miseravelmente. Como animais de carga. A eles não dão nada. E deles tiram tudo. (GUIA, 1962, p. 05).

Esta passagem é bastante significativa na medida em que o aprendizado da leitura é apresentado como mais um dos elementos que conduziria a superação do “atraso” no campo. A leitura seria fundamental para a sobrepujar vícios como o jogo e a embriaguez, possibilitando ao camponês o acesso direto ao jornal *Liga* e outros materiais que lhe permitissem pensar e agir politicamente. Não podemos desconsiderar a importância deste investimento numa sociedade atravessada pelo analfabetismo. Não foi por outra razão que o referido jornal dedicou uma página inteira a campanha de alfabetização “De pé no chão também se aprende a ler” desenvolvida pelo prefeito Djalma Maranhão em Natal-RN nos primeiros meses de 1962, experiência de alfabetização que precedeu aquela

desenvolvida pelo educador Paulo Freire na cidade Angicos-RN que ficaria conhecida como as “Quarenta horas de Angico” (DE PÉ, 1963, p. 06).

A exortação do aprendizado da leitura presente no texto de Julião se contrapõe a um pretense modo de vida do camponês pautado pela embriaguez e pelo vício que deveria ser imediatamente superado. Neste sentido, os comunistas brasileiros que redigiam o jornal *Terra Livre* se orientaram em outra direção ao estimular a formação de grupos de escutadores entre os camponeses onde aqueles que sabiam ler se reuniram na “porta da venda” e faziam a leitura do periódico em voz alta para aqueles que ainda não sabiam ler. Neste caso, a “venda” que Julião concebia como um obstáculo à politização do camponês é utilizada como espaço de circulação de ideias mobilização de ações.

Outro investimento importante do jornal *Liga* em relação à questão agrária foi estabelecer a possibilidade de ouvir os camponeses através da publicação de cartas direcionadas a sua redação. Diferente do jornal *Terra Livre* que contava com a seção permanente intitulada “Cartas da Roça”, destinada a publicação das missivas dos seus leitores, a Liga não dispunha de uma seção específica com esta finalidade. Desta maneira, as cartas dos leitores estão dispostas de forma dispersa e irregular em algumas edições deste jornal. Localizamos a primeira carta logo na segunda edição do periódico publicada em 16 de outubro de 1962, trata-se de uma mensagem dos camponeses de Taguatinga (cidade satélite de Brasília) à Julião, vejamos:

Prezado companheiro Julião - saudações fraternas: estamos enfrentando em Brasília grandes dificuldades. Como é de seu conhecimento, o N. Rural Alexandre de Gusmão, localizado entre as cidades satélite de Taguatinga e Brasilândia, cerca de 1.200 famílias (mil duzentas), à custa dos nossos próprios esforços, construímos, sem qualquer ajuda oficial, pontes, rasgamos e pavimentamos estradas, fizemos sistema de irrigação de chácaras, plantamos árvores frutíferas e os mais variados cereais. Pois bem, o INIC, reduto fascista, cuja concepção do problema camponês é resolvê-lo a bala e a pancadaria, ao qual a NOVAPAP entregou aquelas terras, está tentando expulsar-nos do Núcleo, através da violência. (...) Os camponeses da Associação Agrícola de Tabatinga, através desta, vem pedir a colaboração e prezada ajuda do companheiro para a luta que ora estão enfrentando contra o INIC; nossa luta é a do camponês brasileiro, esbulhado por um sistema agrário feudal, e temos a certeza de que o companheiro, em quem vemos o autêntico líder das Ligas Camponesas e de todos os trabalhadores rurais, nos emprestará seu apoio. Informamos ao companheiro que necessitamos de ampla cobertura jornalística para a nossa luta, aqui em Brasília. Além do

movimento político propriamente dito, ingressamos em juízo com uma ação de manutenção de posse contra o INIC. (INIC, 1962, p. 05).

Assinada por Horacy Ferreira Dias, presidente da Associação Agrícola de Taguatinga, a carta expõe em detalhes a situação calamitosa dos camponeses diante das agressões promovidas pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) em parceria com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP). Em seguida, o camponês pontuou a importância de Francisco Julião como “autêntico líder das Ligas Camponesas” para informar que necessitava de uma “ampla cobertura jornalística” para a luta que estavam travando na nova capital brasileira. A carta de Horacy nos permite estabelecer um importante contraponto a concepção que toma a relação entre partido e camponês como uma via de mão única.

Percebemos que Horacy certamente tinha conhecimento da enorme tensão gerada pela questão agrária naquele momento, bem como sobre a projeção nacional de Julião e das Ligas Camponesas naquele contexto, logo, obter a divulgação dos problemas enfrentados em Taguatinga no jornal *Liga* seria fundamental para expor nacionalmente a luta dos camponeses daquela região e angariar novos aliados contra o INIC e a NOVACAP. Visando ampliar os canais de ressonância da sua luta, os camponeses de Taguatinga certamente não compreendiam a disputa entre julianistas e comunistas como fator que os impossibilitava de dialogar com ambas os grupos. Neste sentido, a edição do jornal *Terra Livre* de novembro de 1962 trouxe um texto noticiando a realização de uma passeata promovida pela Associação Agrícola de Taguatinga contra a atuação do INIC que planejava despejá-los de suas posses no Núcleo Alexandre de Gusmão (POSSEIROS, 1962, p. 02). O texto é assinado por um “correspondente” que poderia muito bem ser Horacy Ferreira Dias ou um militante comunista acionado pelos lavradores de Taguatinga para dar “ampla cobertura jornalística” a luta travada nesta região.

Nesta perspectiva, a expectativa e o desejo de mudança contido na carta de Horacy retornaram ao jornal *Liga* reorientando sua elaboração através da publicação de nove matérias sobre a luta dos camponeses de Taguatinga até o fechamento do periódico em março de 1964. O próprio Julião e o deputado camponês de Goiás José Porfírio foram recebidos pelos lavradores de Taguatinga em junho de 1963 (CAMPONESES, 1963, p. 04). É impossível imaginar o sentimento destes camponeses ao saber que suas lutas

estavam sendo divulgadas em um jornal de circulação nacional. A construção de redes de solidariedade para além do local onde se desenvolvia o conflito certamente fortaleceu naqueles que liam a *Liga* a esperança do direito à terra.

Como argumentei ao longo do artigo, o esforço de elaborar materiais que conquistassem os camponeses para o projeto político das Ligas exigia uma correspondência com a prática cotidiana dos camponeses criando, portanto, a filiação a este projeto dependia em grande medida da capacidade do jornal de traduzir da experiência camponesa em suas páginas. Nesta esteira, os investimentos de Julião constituem uma parte importantíssima na história das Ligas Camponesas. Todavia, eles jamais se sobrepuseram as iniciativas dos próprios camponeses que a partir das condições em que estavam inseridos interpretaram o mundo que os cercava e agiram sobre ele através da luta pelo acesso à terra e pela regulamentação do trabalho agrícola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Cláudio. **Francisco Julião**: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

AUED, Bernardete. **A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas (1955-1964)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1986.

AZEVEDO, Fernando. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1984.

CAMPONÊS é camponês. **Liga**, Rio de Janeiro, p. 05, 09 out. 1962.

CAMPONESES recebem Julião em Brasília. **Liga**, Rio de Janeiro, p. 04, 12 jun. 1963.

DE PÉ no chão também se aprende a ler, **Liga**, Rio de Janeiro, p. 06, 11 set. 1963.

ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. **Nas trincheiras: luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas (1948-1964) uma resistência ampliada**. 2007. 162 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2007.

FRANCISCO Julião, os comunistas e a revolução brasileira. **Novos Rumos**, Rio de Janeiro, p. 01, ago. 1962.

GUIA do camponês. **Liga**, Rio de Janeiro, p. 05, 16 set. 1962.

INIC de Brasília expulsa lavradores. **Liga**, Rio de Janeiro, p. 05, 16 out. 1962.

JULIÃO (apóstolo da revolução brasileira) diz: Revolução Socialista é pelo campo! **O Semanário**, Rio de Janeiro, p. 11, 31 maio 1962.

MEDEIROS, Antonio Jose Castelo Branco. **Sindicalização rural e mobilização camponesa na crise do populismo: o caso do Piauí (1958-1964)**. 1994. 409 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

PADRE socialista no Maranhão preconiza revolução no Nordeste. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, 18 jun. 1962, p. 01.

PE. ALÍPIO na TV: “reforma agrária só vem na marra”. **Liga**, Rio de Janeiro, p. 03, 27 nov. 1962.

POSSEIROS de Brasília protestam contra o INIC. **Terra Livre**, São Paulo, p. 02, nov. 1962.

PRIORI, Ângelo. **O levante dos posseiros**: a revolta camponesa de Porecatu e a Ação do Partido Comunista Camponês no campo. Maringá-PR: EDUEM, 2011.

RANGEL, M. do Socorro. **Medo da morte, esperança de vida**: uma história das Ligas Camponesas na Paraíba. 2000. 387 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 2000.

SANTOS, Leonardo Soares dos. **Um Sertão entre muitas certezas** : a luta pela terra na zona rural da cidade do Rio de Janeiro: 1945-1964. 2005. 256 f. (Dissertação de Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

UNIFICAR as forças revolucionárias em torno de um programa radical. **Liga**, Rio de Janeiro, p. 03, 12 jun. 1963.

WELCH, Clifford Andrew. **A semente foi plantada**: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2012.